

A FORMAÇÃO CIDADÃ NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: O DELINEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS CIDADÃS A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES NA AMÉRICA LATINA E EUROPA

THE CITIZEN EDUCATION IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS: THE DELIMITATION OF CITIZEN COMPETENCES FROM THE PUBLICATIONS IN LATIN AMERICA AND EUROPE

THIAGO GONÇALVES MAGALHÃES¹
MARCOS BAPTISTA LOPES DALMAU²

RESUMO

Este trabalho trata sobre a formação cidadã e o papel das Instituições de Ensino Superior neste processo, mais especificamente acerca da delimitação da competência cidadã e da sua importância nas sociedades atuais. Assim, o objetivo deste estudo consiste em verificar quais são as competências cidadãs estabelecidas pelos autores que trabalham com a temática em projetos de educação dos países da América Latina e da Europa. A metodologia utilizada foi uma análise bibliográfica de 19 artigos sobre o tema, encontrados nas bases de dados *Scielo*, *Capes* e *Spell*. Como resultado foi possível delimitar as competências cidadãs em cinco macro-categorias: cognitivas, comunicativas, associativas, de aprendizagem e sócio-transformadoras. As competências delimitadas podem servir como referência para que os centros educacionais estabeleçam, em seus planos de educação, a formação voltada para a cidadania por meio do desenvolvimento das competências cidadãs.

Palavras Chaves: Competência Cidadã, Instituições de Ensino Superior, Formação Cidadã.

ABSTRACT

This paper reports about the civic education and the role of Higher Education Institutions in this process, more specifically comes on the definition of citizen competence and its importance in contemporary societies. This study aims to verify what the citizenship competencies established by the authors who works with this subject, education projects in Latin America and Europe. The methodology used was a literature review of 19 articles on the topic, found in the *Scielo* databases, *Capes* and *Spell*. As a result, it was possible to define the citizenship competencies in five macro-categories: cognitive, communicative, associative, learning and social

Data de submissão: 24/07/2015. Data de aceite: 19/06/2016. Data de publicação: 31/08/2016

¹ Mestre do Programa de Pós - Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Graduado em Administração na mesma Instituição. Pesquisa a área da gestão por competências, ensino superior e formação para cidadania.

² Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado (2001) e doutorado (2003) em Engenharia de Produção pela mesma instituição. Atualmente é Chefe do Departamento de Ciências da Administração e professor associado I da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Curso de Mestrado Acadêmico em Administração CPGA/UFSC e do Mestrado Profissional em Administração Universitária PPGAU/UFSC.

transformation. The established competences can serve as a reference for the educational centers to establish in their education plans to develop the citizenship, through the development of citizenship skills.

Key Words: Civil Skills, Higher Education Institutions, Citizen Education.

1 INTRODUÇÃO

A administração pública passa por um momento em que são reivindicadas transformações econômicas, sociais e políticas. Movimentos sociais, protestos e manifestações pelos diversos meios e formas nas comunidades, mundo a fora, como a primavera árabe³, os movimentos *occupy*⁴ nos Estados Unidos e na Europa e as manifestações de julho de 2013 e março de 2015 no Brasil, são reflexos destas reivindicações. Esses movimentos, conforme relata Castells (2013), retratam sentimentos de indignação e de esperança relacionados também ao anseio das pessoas por maior participação. São mudanças expressas pelos indivíduos em função de seus interesses predominantes (HIRSCHMAN, 2002), os quais refletem na sociedade contemporânea e no setor público.

Neste sentido, Mardones (2013) argumenta que o anseio por maior participação necessita, em contrapartida, da atuação cidadã por parte dos indivíduos. Logo, evidencia-se a necessidade de educar para a cidadania que, conforme Bolívar (2007), visa contribuir na formação de cidadãos mais competentes civicamente e comprometidos com as responsabilidades de pensar e agir, tendo em conta as perspectivas plurais. O autor destaca que formar para a cidadania não é uma tarefa fácil, uma vez que abrange desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e a participação que os indivíduos necessitam aprimorar, tanto no contexto educativo, como no contexto social.

Formar para a cidadania é um processo complexo que consiste em progredir de uma concepção passiva para a cultura de cidadania ativa. Isso significa que não é somente desenvolver a formação baseada em conhecimentos, compreensão e comportamentos que permitem a convivência em comunidades e a observação das leis; é, sobretudo, promover o desenvolvimento de habilidades de participação para assumir posições críticas, debater com argumentos sólidos, propor modelos alternativos de estruturas e processos democráticos, ou seja, a construção de competências para a participação cidadã (BOLIVAR, 2007).

A competência cidadã é entendida por Camacho *et al* (2012) como um conjunto de conhecimentos, habilidades cognitivas, emocionais, comunicativas, sociais e éticas que,

³ A primavera Árabe consiste em uma onda revolucionária de manifestações e protestos que vêm ocorrendo no Oriente Médio e no Norte da África, desde 18 de dezembro de 2010. Até a data, tem havido revoluções na Tunísia e no Egito, uma guerra civil na Líbia e na Síria; também houve grandes protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iémen e protestos menores no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. Os protestos têm compartilhado técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na Internet por partes dos Estados.

⁴ O Movimento *Occupy* é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no *Zuccotti Park*, no distrito financeiro de *Manhattan*, na cidade de Nova York, o movimento ainda continua, denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente, surgiram outros movimentos *Occupy* por todo o mundo.

articuladas entre si, geram atitudes para planejar ações de melhorias, propiciar a convivência pacífica, a participação responsável e construtiva; bem como a compreensão e a valorização da pluralidade como oportunidade e riqueza da sociedade na busca do bem estar coletivo e do desenvolvimento do entorno profissional, educacional e social (LÚQUEZ; SANSEVERO, 2010).

Tobón (2006) refere-se a uma abordagem para o desenvolvimento de competências cidadã com base nos critérios de saber ser, saber conhecer e saber fazer. O autor define as competências como um processo complexo, no qual as pessoas colocam-se em ação-atuação-criação, para resolver os problemas e realizar atividades (da vida cotidiana e do contexto profissional de trabalho), contribuindo para a construção e para a transformação da realidade. A abordagem adotada pelo autor enriquece o contexto proposto neste estudo, pois traz uma abordagem que pode ser usada no ensino profissional, no qual o tema da cidadania está inserido.

De acordo com Fernández e Sánchez (2011) o ambiente universitário ganha evidência quando se fala em desenvolvimento da competência cidadã, uma vez que a sociedade espera que as Instituições de Ensino Superior (IES) preparem seus profissionais para problematizar a realidade social. Este pensamento vai ao encontro do que Bernhein e Chauí (2008) enfatizam sobre a relação entre a sociedade e as IES, ao dizerem que o mundo acadêmico deve envolver-se mais com os processos sociais, econômicos e culturais, mantendo as características que a distinguem como academia. Belloni (1989, p.55) defende posição semelhante, ao afirmar que "A educação é um serviço ou bem público não só porque recebe recursos públicos, mas principalmente porque seus benefícios (profissionais qualificados, cidadãos conscientes, conhecimento produzido e disseminado) atingem toda a sociedade".

Diante das particularidades de seus laços com a sociedade, os IES são consideradas comunidades excepcionais sob várias perspectivas de análise (FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2012). Ortiz (2008) evidencia a natureza transitória, o desenvolvimento individual da autoconsciência, a capacidade de autodeterminação e auto aperfeiçoamento e a estruturação de convicções como características dessa fase da vida do indivíduo. O autor salienta, ainda, que o desenvolvimento particular de autoconsciência, autoestima e a capacidade de autodeterminação ocorre nesta fase de desenvolvimento da personalidade, incorporando a função autoeducativa e de auto avaliação, o que resulta na ampliação de possibilidades de potencialização de projetos de aperfeiçoamento da ação cidadã.

Domínguez (2008), por sua vez, assinala que em tal fase da vida do indivíduo, o mesmo toma decisões importantes nos âmbitos profissional e familiar e sublinha a definição de uma posição política e a busca de uma projeção social definida. Esta fase é caracterizada pelo momento de transição de plena incorporação da atividade produtiva e social, levando a sustentar a peculiaridade da educação cidadã dos estudantes universitários como uma fase especial do processo de aprendizagem contínua.

No entanto, Fernández e Sánchez (2011) enfatizam que as estratégias educativas aplicadas nos contextos das IES, falham em relação ao potencial educativo do trabalho social, posto que privilegiam, predominantemente, o desenvolvimento profissional em detrimento da preparação para problematizar a realidade social. Os autores argumentam, ainda, que as IES, ao serem afetadas, muitas vezes, pela improvisação, pelo esquematismo e pelo formalismo, não promovem eficazmente a autonomia e o desenvolvimento do papel de protagonista dos

estudantes na atividade sociopolítica, tampouco o emprego criativo das ferramentas e dos valores da profissão para transformar situações sociais as quais estão correlacionados.

Alarcón e Sanches Noda (2000) corroboram com tal visão ao salientarem que a missão social das IES transcende o aspecto funcional das profissões, enfatizando a responsabilidade com que precisam assumir quanto a formação integral do profissional para promover o desenvolvimento local e social. Nesse sentido, evidencia-se a relevância da competência cidadã como foco de atenção e promoção no contexto da educação nas IES, uma vez que, subjacente ao seu papel formador em termos técnico-profissionais, as instituições de ensino, como organizações com propósito de agentes da educação, podem fornecer recursos e subsídios que contribuam para que os jovens tornem-se profissionais e cidadãos participantes na sociedade.

Logo, destaca-se, neste estudo, a importância da educação voltada para a cidadania. Mello (1997) argumenta que países mais desenvolvidos deslocam as prioridades de investimentos para a formação de habilidades cognitivas e competências sociais da população. O autor salienta, por outro lado, que os países em desenvolvimento, como o Brasil, habilidades cognitivas e competências sociais de grau superior, como flexibilidade, autonomia e capacidade de adaptação não constituem prioridade, uma vez que nem as demandas básicas do processo educacional, muitas vezes, não conseguem ser atendidas. O autor salienta, ainda, que os desafios da educação consistem em qualificar a população para o exercício da cidadania e contribuir para construir a dimensão social e a ética do desenvolvimento econômico.

De maneira geral, autores como Tobón (2007), Bolívar (2009), Fernández e Sánchez (2011) e Mardones (2013), argumentam que a competência cidadã destaca-se como fundamental nos dias atuais no que tange ao desenvolvimento das sociedades. Para os autores, é por meio da ação cidadã que se pode mudar a realidade social, fazendo frente às crises, às incertezas, às mudanças constantes. Diante de situações de desagrado é necessário que os indivíduos assimilem uma cultura ativa de participação, bem como expressem as competências necessárias para atuar de forma a solucionar os problemas e enfrentar os desafios.

Nessa perspectiva, por crer na importância do papel das IES na formação integral dos indivíduos, no que tange ao processo de formação profissional, bem como por acreditar que as IES possuem a responsabilidade e os recursos necessários para formar profissionais cidadãos capazes e motivados para mudar as estruturas sociais que permeiam seu âmbito profissional e social, evidencia-se a necessidade de delinear as competências cidadãs necessárias para tais propósitos.

Diante do apresentado, este estudo tem o objetivo de verificar quais são as competências cidadãs estabelecidas pelos autores que trabalham com a temática em projetos de educação dos países da América Latina e Europa, os quais são referência em estudos sobre as competências cidadãs. Entende-se que a importância do presente trabalho reside em delimitar as competências cidadãs exigidas na sociedade atualmente e, assim, servir como referência para que os centros educacionais possam estabelecer, em seus planos de educação, a formação voltada para a cidadania, por meio do desenvolvimento das competências cidadãs. Como destacado por Fernández e Sánchez (2012), necessita-se de estratégias pedagógicas diferenciadas que possibilitem, ao mesmo tempo, criar um equilíbrio no foco de formação profissional e formação cidadã. Os autores alertam sobre a predominância das estratégias utilizadas pelas IES, que priorizam a formação profissional em detrimento à formação cidadã; para eles o objetivo não é a mudança deste foco, mas agregar possibilidades para o

desenvolvimento da cidadania, ou seja, criar estratégias para a formação de competência cidadã.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo busca-se regatar acerca da temática da competência e, mais especificamente, sobre as competências cidadãs.

2.1 Competências

No tocante ao conceito de competência, de acordo com Le Boterf (2003, p.52), autor da vertente francesa, a competência supõe saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, em um determinado contexto profissional. A competência não pode ser compreendida apenas como uma lista de características, uma vez que “[...] ela se exerce em um contexto particular. É contingente, sempre há ‘competências de’ ou ‘competências para’, o que significa que toda competência é finalizada e contextualizada”. De maneira geral, os conceitos de competência dão ênfase ao contexto profissional; no entanto, para se aproximar de forma mais adequada ao propósito deste estudo, voltado à temática da competência cidadã, ou seja, ao desenvolvimento da competência voltada para a cidadania, busca-se resgatar um conceito de competência que se aproxime a este conceito.

Gómez (2007) argumenta ser necessário destacar as evidências quanto à utilidade e aplicabilidade das competências. No entanto, na metodologia das competências no contexto da educação, há também a ênfase nas competências cognitivas e de comunicação, que possibilitam contribuir para a transformação da consciência dos estudantes e, assim, para a formação de cidadãos.

Transcendendo os conceitos habituais acerca das competências, este conceito pode ser assumido como um saber fazer fundamentado no enfrentar as incertezas de um mundo em constante mudança social, política e profissional, dentro de uma sociedade globalizada e em constantes transformações. Nesse sentido, as competências são abordadas não somente como comportamentos observáveis, mas como uma complexa estrutura de atributos necessários ao desempenho em situações diversas, combinando conhecimentos, atitudes, valores e habilidades com as tarefas que exigem uma ação diante de determinada situação (TOBÓN, 2005).

Assim, no âmbito deste estudo conceitua-se as competências como processos complexos que as pessoas põem em ação-atuação-criação para resolver problemas e realizar atividades (da vida cotidiana e do contexto profissional), buscando a construção e a transformação da realidade. Para tanto, se integram o saber ser (automotivação, iniciativa e trabalho colaborativo com os outros); o saber conhecer (observar, explicar, compreender e analisar) e; o saber fazer (desempenho baseado em procedimentos e estratégias), tendo em conta as demandas específicas de cada contexto – das necessidades pessoais e dos processos de incertezas – com autonomia intelectual, consciência crítica, criatividade e espírito de desafio, assumindo as consequências dos atos e buscando o bem estar humano (LÓPEZ-HERRERÍAS, 2002).

2.2 Competências Cidadãs

Fernández e Sánchez (2011) expõem que a competência cidadã expressa uma relação de mediação entre o compromisso cidadão e o desempenho social transformador, sintetizando características e qualidades distintivas do desempenho social do cidadão para consolidar uma nova maneira de socializar e interagir ativamente no contexto profissional e social.

Os autores destacam que as competências cidadãs são um grupo especial, diferente e interconectado, em relação às competências profissionais e as humanas. Suas diferenças residem no escopo e no campo em que as especificidades se desdobram, na natureza dos problemas que buscam resolver e na singularidade de sua dinâmica formativa, esta fundamentada na problemática de situações civicamente transcendentais e não em situações de uma dada profissão. Independente dessa distinção, existe uma relação de interdependência, mútuo enriquecimento e complementariedade, que se expressa no desempenho social do indivíduo com a totalidade.

Para Barrera e Salgado (2012) as competências cidadãs se definem como o conjunto de conhecimentos, habilidades cognitivas, emocionais e comunicativas que, articuladas entre si, possibilitam que o cidadão atue de maneira construtiva e ativa na sociedade moderna. Já Camacho *et al* (2012) complementam que as competências cidadãs se convertem em ferramentas básicas para promover uma aproximação entre a prática acadêmica universitária e a sociedade. Para isso as atividades empreendidas nas IES devem orientar-se para o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes sobre a cidadania e a convivência, desafio que somente se alcança com a participação ativa dos estudantes e dos atores sociais externos, mediante um processo de reflexão sobre a sua atuação e da ação transformadora.

No Quadro 1 são apresentadas as principais classificações das competências cidadãs estabelecidas pelos autores Soriano (2006); Fernández e Sánchez (2011); Camacho *et al* (2012) e Mardones (2013). Conforme os conceitos apresentados é possível constatar a convergência na definição das dimensões das competências cidadãs, bem como verificar particularidades de cada classificação.

Quadro 1: Classificação das competências cidadãs

CATEGORIAS DE COMPETÊNCIAS CIDADÃS - PRINCIPAIS AUTORES			
Soriano (2006)	Fernández e Sánchez (2011)	Camacho et al (2012)	Mardones (2013)
Navarra/Spain	Cuba	Venezuela	Barcelona
Crítica/ Resolução de Conflitos	Problematicadora, Decisória e Mobilizadora	Conhecimentos/ Habilidades Cognitivas	Profissional/ Social/ Pessoal
Comunicativa e Social	Associativa	Habilidades Comunicativas / Habilidades Emocionais	Interpessoal/Social
---	Sócio Educacional	Habilidades Éticas e Sociais	Pessoal
---	Sócio Transformadora	---	---

Fonte: Literatura consultada (2015)

No quadro anterior buscou-se apresentar as principais categorias estruturantes da competência cidadã propostas pelos principais autores referência na temática das competências cidadãs, tornando possível perceber as relações entre as classificações abordadas. Vale ressaltar que o estudo de Soriano, desenvolvido em 2006, foi um dos primeiros

trabalhos sobre o tema, seguido de outros que apontaram novas classificações e competências, então agregadas às categorias anteriores (FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2011; CAMACHO *et al*, 2012; MARDONES, 2013), os quais foram utilizados nessa pesquisa. Assim, percebe-se similaridades entre as categorias estabelecidas pelos autores, principalmente porque os trabalhos de Fernández e Sánchez, Camacho *et al* e Mardones, têm como base as dimensões teóricas propostas por Soriano (2006). A discussão e apresentação das particularidades de cada categoria de competências cidadãs propostas pelos autores serão tratadas no capítulo de apresentação dos resultados da pesquisa.

2.3 Educação voltada para a Formação Cidadã

Bolívar (2009) argumenta que desde os anos 1990 há um crescente interesse, tanto da teoria ética e política como da prática educativa, para a educação voltada à cidadania, visando formar cidadãos mais competentes e comprometidos civicamente, mediante a participação nas responsabilidades coletivas. Esse interesse baseia-se no entendimento de que não são as estruturas formais de uma democracia que a fortalecem e a tornam sustentável, mas as atitudes cívicas e a participação ativa de seus cidadãos.

Osler e Starkey (2006) enfatizam que a formação para a cidadania adequadamente orientada consiste em algo mais do que o aprendizado de ações básicas relacionadas com as instituições, os direitos humanos e os procedimentos da vida política, devendo impactar sobre todo o sistema educativo, incluindo ações paralelas em outras instâncias sociais.

Nessa perspectiva, Bolívar (2009) também argumenta que a educação para cidadania consiste em um conjunto de práticas escolares e sociais que contribuem para consolidar os valores que permeiam a sociedade. Diante disso, destaca-se que o processo de formação de cidadãos não se reduz a ensinar um conjunto de valores próprios de uma comunidade democrática, mas sim estruturar as instituições e a dinâmica da sala de aula com processos (diálogos, debates e tomadas de decisões) em que a participação ativa na resolução de problemas da vida comum contribua para criar hábitos e virtudes cidadãs.

Em concordância com estas afirmações, Euridice (2005) expõe que diversos estudos e investigações demonstram que a educação cívica, como a educação moral, não pode consistir somente no processo de aprendizagem de uma disciplina, ou seja, uma aprendizagem conceitual, mas sim em um conjunto de práticas pedagógicas e educativas que contenham, pelo menos, componentes básicos como conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Além disso, destaca-se a importância das redes de participação e a articulação entre os centros de ensino e a sociedade, uma vez que essas instituições, isoladamente, não podem satisfazer integralmente todas as necessidades de formação dos indivíduos.

Assim, Elmore (2003) propõe que a missão dos centros de ensino consiste em possibilitar aos alunos desenvolver conhecimentos e competências julgadas fundamentais, a partir de sua vida acadêmica. O autor faz uma comparação para demonstrar sua proposta, destacando que os alunos devem ter um “salário mínimo”, representado aqui por um salário cultural mínimo, que possibilite a inclusão e a coesão social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como de abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo e Sanches (2003), busca focalizar o social como um mundo de significados passível de investigação, trabalhando com valores, crenças, atitudes e opiniões. A pesquisa também é descritiva, uma vez que busca sistematizar as principais competências cidadãs delineadas pelos autores de referência na área. Do ponto de vista de fontes de dados, o estudo se classifica como bibliográfico, considerando que os principais dados da pesquisa foram obtidos por meio de análise da literatura sobre o assunto.

No que tange a coleta dos dados, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados *Scielo*, *Capes* e *Spell*, buscando verificar as principais publicações sobre competência cidadã. A busca foi realizada nos meses de abril e maio de 2015, e incluiu as seguintes palavras-chave: competência cidadã, *competências ciudadanas* e *civil skills*. Foram encontrados **19** artigos de autores originários da Europa e da América Latina (Quadro 2); no Brasil, verificou-se que a temática ainda não é foco de produção científica nas fontes consultadas.

A FORMAÇÃO CIDADÃ NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: O DELINEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS CIDADÃS
A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES NA AMÉRICA LATINA E EUROPA

Quadro 2: Descrição das publicações analisadas

Publicações - Competência Cidadã					
	Título	Autor	Periódico	Origem	Ano
1	Competencias ciudadanas en el alumnado de segundo ciclo de educación secundaria obligatoria de Almería	Soriano, E.	Revista de Investigación Educativa	Espanha	2006
2	Praxis de competencias ciudadanas en el ejercicio de la responsabilidad social universitaria	Camacho, P. L. de; Celayaran, O. F. de; Suárez, I. S. de; Fontanilla, N.	Opción	Venezuela	2012
3	Formación de competencias ciudadanas en las universidades cunamas: una contribución para nuestra democracia	Fernández, M. de J. C.; Sánchez, N. M.	Ciencia en su PC	Cuba	2011
4	Consideraciones del proceso de formación ciudadana del estudiante universitario. La singularidade de su dinamica desde la actividade sociopolítica	Fernández, M. de J. C.; Sánchez, N. M.	Ciencia en su PC	Cuba	2012
5	Comprendiendo la adquisición de as competencias ciudadanas en alumnos de los programas de cualificación profesional inicial	Mardones, Olga Carrillo.	Educar	Barcelona	2013
6	Ciudadanas y compeencias ciudadanas.	Barrera, M. D. M.; Salgado, S. V. A.	Estudios Políticos	Colômbia	2012
7	Educacion para la ciudadanía: als más que uma assignatura	Bolívar, A.	Livro	Barcelona	2007
8	Competencias cognitivas en la educación superior.	Córdova, Alejandro Vásquez.	REDEC - Revista Eletronica de Desarrollo de Competencias	Chile	2010
9	La formación de la competencia cognitiva del profesor	Gómez, Gonzalo Vásquez.	Estudios Sobre Educación	Madrid	2012
10	Educación para uma cultura comunitaria: por uma identidade metamoderna	López Herrerías, J. A.	Livro	Valencia	2002
11	Dimensiones humanas comprometidas en el ejercicio de la responsabilidad social universitaria	Lúquez, Petra; Sansevero, Idania.	Investigación en Ciencias Humanas	Venezuela	2012
12	Las competencias comunitarias y linguisticas: clave para a calidade educativa	Reyzábal, Ma.	REICE	Madrid	2012
13	Formación baseada en competencias: pensamiento complejo, diseño curricular y didáctica.	Tobón, S.	Livro	Colômbia	2006
14	Desarrollo de competencias ciudadanas en la escuela.	Barón, J. E. S.	Livro	Colômbia	2011
15	Competencias clave para un aprendizaje a lo largo de la vida: un marco de referencia europeo.	Comisión Europea	Dirección General de Educación y Cultura	Bélgica	2004
16	La educación para la ciudadanía en el contexto escolar europeo.	Eurydice - Red Europea de Información en Educación	---	Bélgica	2005
17	A educação para a cidadania no século XXI	Martins, M. J. D.; Mogarro, M. J.	Revista Ibero-Americana de Educação	Portugal	2010
18	Competencias ciudadanas aplicadas en la educación	Rodríguez, A.; Ruiz León, S.; Guerra, Y.	Revista Educación y Desarrollo Social	Colômbia	2007
19	Competencias ciudadanas en alumnado de magisterio: la competencia intercultural personal	Vélez, A. P.; López-Goñi, J. J.	Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado	Espanha	2014

Fonte: Literatura pesquisada (2015).

A análise qualitativa dos artigos apresentados teve como objetivo verificar de que forma foram abordadas as competências cidadãs, evidenciando aspectos da literatura e dos projetos de educação, além da legislação dos países nos quais foram levantados os trabalhos.

Desse modo, a partir das categorias propostas por Soriano (2006); Fernández e Sánchez (2011); Camacho *et al* (2012) e Mardones (2013), foi possível agrupar cinco dimensões ou grupos principais de competências cidadãs: Cognitivas, Comunicativas, Associativas, Aprendizagem e Sócio-transformadoras. O referencial, portanto, serviu de base para se estabelecer relações entre os autores e suas definições, permitindo a indicação das referidas dimensões estruturantes (grupos). Na sequência, com base em outros autores que também trabalham acerca da formação para a cidadania, foi possível propor um relação de competências voltadas para a formação cidadã: as denominadas competências cidadãs.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Com base na revisão da literatura foi possível elencar as principais categorias de competências cidadãs. A partir de então, baseando-se nas peculiaridades da formação cidadã e nos critérios de desenvolvimento de competências de Tobón (2007), quais sejam, o saber ser, o saber fazer e o saber conhecer, foram delimitadas as principais competências cidadãs definidas para os dias atuais, encontradas mais especificamente nas publicações da América Latina e da Europa.

Quadro 3: Delimitação das competências cidadãs

Pensamento Complexo da Competência	CATEGORIAS				Macro-Categorias	
	Soriano (2006)	Fernández e Sánchez (2011)	Camacho et al (2012)	Mardones (2013)		
SABER SER , SABER CONHECER e SABER FAZER	Crítica/ Resolução de Conflitos	Problematizadora, Decisória e Mobilizadora	Conhecimentos/ Habilidades Cognitivas	Profissional / Social/ Pessoal	➔	Cognitivas: Desenvolvimento do pensamento crítico, Tomada de decisão e ação cívica.
	Comunicativa e Social	Associativa	Habilidades Comunicativas / Habilidades Emocionais	Interpessoal / Social	➔	Comunicação e Emoções Associativas; Cooperação e trabalho em equipe
		Sócio Educativa	Habilidades Éticas e Sociais	Pessoal	➔	Aprendizagem/ reconhecimento da pluralidade e diversidade.
		Sócio Transformadora			➔	Transformação de Ações estratégicas

Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura pesquisa (2015).

Na sequência, discute-se as competências cidadãs na perspectiva das principais macro categorias abordadas.

4.1 Competências Cognitivas

No que tange às competências cognitivas, Camacho *et al* (2012, tradução livre) argumentam que as mesmas possibilitam aos indivíduos tornarem-se capazes de gerir a informação suficiente e pertinente, empregando diferentes fontes de informações e o seu processamento; planejar soluções para problemas ou conflitos, tomando decisões adequadas ao contexto específico; compreender e ponderar criticamente posições e critérios assumidos pelas comunidades; buscar a autorreflexão e a autoaprendizagem.

Córdova (2010, tradução livre), por sua vez, conceitua as competências cognitivas como as capacidades e habilidades relacionadas à obtenção e ao processamento de informações e à construção do conhecimento. Em termos mais precisos, são as competências de abstração, análise, síntese, avaliação, compreensão, aplicação, criatividade; e, em termos mais amplos, as competências para aprender. O autor faz menção a um modelo proposto por Diane F. Halpern (1994), que busca delimitar o campo das competências cognitivas.

Halpern (1994) apresenta um esquema conceitual para as habilidades do pensamento crítico, ou seja, as habilidades cognitivas. De acordo com a autora não se deve considerar estas como uma lista definitiva de habilidades cognitivas, mas como um ponto de partida concreto para decidir quais habilidades se deseja que sejam desenvolvidas nos estudantes universitários. As categorias apresentadas por ela como competências cognitivas são:

- a) **Habilidades da memória:** habilidades que são necessárias para aprender, durante a retenção e a recuperação das informações;
- b) **Habilidades de raciocínio verbal:** habilidades necessárias para compreender e defender-se diante técnicas persuasivas que estão contidas na linguagem do cotidiano;
- c) **Habilidades de análise de argumentos:** habilidades necessárias para julgar argumentos complexos. Um argumento é um conjunto de afirmações com pelo menos uma conclusão e uma razão que sustente a conclusão. Na realidade, os argumentos são complexos, com razões que se opõem às conclusões, com supostos estabelecidos ou não;
- d) **Habilidades de raciocínio dedutivo:** habilidades usadas para determinar se uma conclusão é válida;
- e) **Habilidades em pensamento como testes de hipóteses:** é pressuposto que grande parte do nosso pensamento cotidiano é similar ao teste de hipóteses. Dito pensamento exige habilidades de acumulação de observações, formulação de hipóteses, para então usar as informações e decidir se confirma ou refuta tais hipóteses;
- f) **Habilidades para enfrentar as incertezas:** O uso correto das probabilidades e das incertezas possibilita um pensamento crítico acerca das decisões, pois são poucas as situações da vida que se dispõe de completa certeza;
- g) **Habilidades de tomada de decisão e resolução de problemas:** são as habilidades aplicadas à geração e seleção de alternativas para se tomar a decisão ou resolver um problema;

- h) **Habilidades de resolução de problemas:** são as habilidades necessárias para identificar e definir um problema, indicar as metas e avaliar as vias de solução;
- i) **Habilidades para o pensamento criativo:** habilidades para redefinir os problemas e as metas de várias maneiras distintas.

Sob a orientação das categorias apresentadas por Halpern (1994), Córdova (2010) apresenta as principais competências básicas cognitivas: capacidade de abstração, análise e síntese; capacidade de aplicar os conhecimentos na prática; capacidade de organizar e planejar o tempo; capacidade de internalizar os conhecimentos da área de estudo e da profissão; responsabilidade social e compromisso cidadão; capacidade de crítica e autocrítica; capacidade de atuar em novas situações; capacidade criativa; capacidade de identificar e resolver problemas; capacidade para tomar decisões; capacidade do compromisso ético; capacidade de atuar e se comprometer com a qualidade; capacidade de participação nas diversas dimensões sociais.

As competências cognitivas básicas apresentadas por Córdova (2010) possibilitam uma importante aproximação para com a competência cidadã, uma vez que se percebe sua aplicação em diversos contextos, tais como: educacional, profissional e social. Dessa maneira, as competências cognitivas se mostram como essenciais na atuação/participação do cidadão de forma ativa em seu contexto social, uma vez que, apesar da participação ser um processo pedagógico, ou seja, o sujeito aprende participando, fica evidente a importância da capacidade do cidadão de abstração da realidade, de identificar os problemas e as possibilidades de melhorias em seu contexto, bem como a capacidade de argumentar e propor melhorias e de tomar as decisões e resolver problemas.

Dentre as principais capacidades cognitivas destaca-se a responsabilidade social e o compromisso cidadão; a capacidade de crítica e autocrítica. Tais capacidades mostram o caráter político dos cidadãos, sua responsabilidade com o entorno social e com o bem comum, e a capacidade de avaliar o impacto de suas ações na sociedade.

4.2 Competências Comunicativas e Emocionais

No que se refere às competências comunicativas, Camacho *et al* (2012, tradução livre) argumentam que tais competências englobam a manifestação de atitudes dialógicas e de escuta permanentes; o tratamento oportuno as inquietudes pessoais e coletivas; a gestão da linguagem assertiva e construtiva com a equipe de trabalho.

Já as competências emocionais, de acordo com os referidos autores, englobam a adaptação da diversidade encontrada; o entendimento ou empatia em casos de necessidade e atitudes comprometidas de atores sociais; a expressão de solidariedade diante de situações vividas por outros; a valorização dos direitos humanos e a socialização.

Reyzábel (2012, tradução livre), por sua vez, argumenta que a competência linguística, relacionada às competências comunicativas, se define como o conjunto de conhecimentos, habilidades e destrezas que requer o uso adequado, correto e coerente tanto do código oral como do escrito (compreensão e expressão, análise e síntese, identificação, comparação, criação e gestão) Trata-se de se falar e escutar, ler e escrever de forma competente. No entanto, além das competências linguísticas, as competências comunicativas englobam outras linguagens (verbais e não verbais como a matemática, a música, a estatística e os gestos).

Ainda de acordo com a autora, a competência comunicativa implica o uso eficaz de um sistema complexo de linguagens e códigos interdependentes, o qual permite aos indivíduos estar em contato constante através de múltiplos signos e sinais, sem descartar o principal, o qual é a linguagem verbal (oral e escrita).

Dentre as principais competências comunicativas, Córdova (2010) apresenta as seguintes: capacidade de comunicação oral e escrita; capacidade de comunicação em outros idiomas; capacidade para utilizar as tecnologias de informação e comunicação; capacidade de ouvir e entender os outros; capacidade para transmitir conhecimentos; capacidade para falar em público; capacidade de argumentação e defesa de propostas; capacidade de convencimento.

As competências comunicativas apresentam-se como fundamentais no contexto da formação cidadã e, mais especificamente, no que tange às competências cidadãs, uma vez que o domínio da competência comunicativa amplia as ações de liberdade, de atuação pessoal e coletiva e permite a co-criação da realidade. No processo de participação ativa em seu contexto social, o cidadão necessita desenvolver as capacidades comunicativas para expressar suas opiniões e defender suas propostas.

Já as competências emocionais caracterizam-se, principalmente, pela capacidade de percepção das necessidades de seu entorno social, a empatia, o entendimento e a capacidade de ouvir e entender os demais. Essa capacidade de entendimento dos demais e abstração e percepção das necessidades possibilita aos cidadãos potencializar sua ações na sociedade.

4.3 Competências Associativas e Cooperativas

As competências associativas e cooperativas, de acordo com Camacho *et al* (2012, tradução livre) buscam a adaptação às normas socioculturais imperantes; disposição se solidariedade com os demais que evidenciarem as necessidades; demonstração da condição de liderança; interesse pela formação do capital social nas comunidades, entusiasmo e responsabilidade no desenvolvimento de tarefas; gestão com justiça e equidade das eventualidades dispostas; respeitar os demais; trabalhar em equipe; respeitar as posições coletivas e; priorizar os interesses coletivos.

Mardones (2013, tradução livre) complementa que as competências associativas enfatizam a capacidade de participar de maneira ativa e eticamente responsável na realidade social, desenvolvendo o sentido de pertencimento à sociedade e ao contexto em que se vive, bem como o sentimento de cidadania global. Engloba aceitar e praticar as normas de convivência acordadas com os valores democráticos, valorizar as diferenças, e reconhecer a igualdade de direitos entre as diferentes coletividades.

Dentre as principais competências associativas e cooperativas, Córdova (2010, tradução livre) apresenta: capacidade de trabalho em equipe; capacidades interpessoais; capacidade de motivar e conduzir metas comuns; compromisso com a preservação do meio ambiente; compromisso com o meio sociocultural; valorização e respeito pela diversidade e multiculturalidade; habilidades para atuar em contextos diversos.

As competências associativas e cooperativas se apresentam como essenciais, uma vez que enfatizam a capacidade de participação ativa e responsável junto a realidade social, premissas essas apresentadas pela competência cidadã. Além disso, destaca-se a importância do trabalho coletivo na transformação da sociedade, o qual permite o empoderamento do cidadão e da própria sociedade na busca de identificar, propor, e

requerer as mudanças necessárias em seu entorno social. Do mesmo modo, e não menos importante, tais competências possibilitam a atuação em rede e no nível coletivo, fomentando a reunião de esforços para atuar ativamente na produção do bem comum e maximizar as ações.

4.4 Competências de Aprendizagem

De acordo com Fernández e Sánches (2011, tradução livre) as competências de aprendizagem consistem na expressão das qualidades associadas ao desenvolvimento cultural necessário para alcançar a inclusão ativa do indivíduo no exercício da cidadania; a competência educativa, intimamente relacionada ao potencial educativo e educador do indivíduo e os pontos fortes educadores da sociedade, desempenhando uma função reguladora do comportamento cidadão. A competência de aprendizagem/educativa é premissa do exercício da cidadania, atendendo o seu caráter sócio formativo, uma vez que, se requer educar e educar-se para exercer a cidadania, e este processo enriquece o cidadão.

A partir de Códova (2010, tradução livre) as principais competências de aprendizagem são: capacidade de aprender e se atualizar permanentemente; capacidades para buscar, processar, analisar informações de diferentes fontes; capacidade de internalizar conceitos e práticas; capacidade de autoformação; capacidade de autoaprendizagem; capacidade de crítica e autocrítica.

A competência de aprendizagem apresenta-se como premissa para o exercício da cidadania; no entanto, acredita-se que o processo de participação promove o desenvolvimento dos indivíduos, não necessariamente alcançando o domínio completo das situações e contextos. Diante dessa questão, Lüchmann (2007) acrescenta que a participação é educativa, podendo ser considerada como um processo de capacitação e conscientização para o desenvolvimento da cidadania. Corroborando com tal visão, Cañado, Pereira e Tenório (2013) resgatam a obra da Rosavallon ao apresentarem que, mesmo com diversos problemas, a participação é, em si, um processo pedagógico.

4.5 Competências Sócio Transformadoras

As competências sócio transformadora, por fim, expressa o nexos dialético entre as convicções dos cidadãos, compartilhadas com os outros, na resolução de conflitos e situações que demandam a mudança social e alcance estratégico. A interação das competências cidadãs básicas de problematizar, decidir, associar, mobilizar e socializar, que pautam as ações de mudanças de caráter tático, enquadram-se na competência sócio transformadora, que supera qualitativamente o desempenho social diante situações de maior relevância.

Esta competência possibilita que o indivíduo transforme situações civicamente significantes de alcance estratégico em interação inovadora com os cidadãos, de modo que se estabeleça as bases para novas mudanças. Para o desempenho social conducente às transformações sociais, são necessárias que todas as competências estejam integradas e não trabalhadas de forma parcial, para que seja possível alcançar um exercício da cidadania de forma coerente.

Fernández e Sánchez (2011, tradução livre) explicam que a compreensão da formação cidadã como processo desenvolvedor de competências para a sócio transformação, a determinação das competências que se pretende desenvolver nos

cidadãos nos centros de ensino, assim como a precisão de suas funções e modo de concretização, resultam em elementos relevantes para o aperfeiçoamento da dinâmica da formação cidadã do estudante, no contexto do exercício da cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu em verificar quais são as competências cidadãs estabelecidas pelos autores que trabalham com a temática em projetos de educação dos países da América Latina e Europa, referências nos estudos sobre o assunto. Assim, foram delimitadas as principais competências cidadãs exigidas e estabelecidas nos países da América Latina e Europa em cinco macro-categorias: cognitivas, comunicativas, associativas, de aprendizagem e sócio transformadoras, as quais podem servir como referência para que os centros educacionais estabeleçam em seus planos de educação a formação voltada para a cidadania por meio do desenvolvimento das competências cidadãs. Como destacado por Fernández e Sánchez(2012), necessita-se de estratégias pedagógicas diferenciadas que possibilitem, ao mesmo tempo, criar um equilíbrio no foco de formação profissional e formação cidadã. No entanto, ainda conforme os autores, a realidade das estratégias utilizadas pelas IES priorizam quase que inteiramente o profissional em detrimento a formação cidadã, logo, é preciso agregar a tal perspectiva possibilidades para a formação de cidadãos, ou seja, criar estratégias para a formação de competência cidadã.

No que tange ao Brasil, percebe-se que não há no Plano Nacional de Educação o apontamento de estratégias para o desenvolvimento da competência cidadã em nenhum dos níveis de educação básica, fundamental e médio. Da mesma forma, na realidade brasileira o incentivo para a formação cidadã no âmbito das instituições de ensino superior destaca-se também como uma questão pendente. Ao analisar o Plano Nacional de Educação – PNE, caracterizado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, percebe-se somente a menção da formação voltada para o trabalho e para a cidadania, no entanto, não são definidas ou especificadas metas, estratégias para tal intento no âmbito ensino.

Em contraste, outros países da América Latina, como Cuba, Chile, Venezuela, Colômbia e Argentina, apresentam em seus planos de educação metas e estratégias voltadas para o desenvolvimento da competência cidadã nas IES. Igualmente, os países da União Europeia apresentam em seus planos e leis de educação um destaque à formação cidadã. (FERNÁNDEZ; SANCHES, 2012; MARDONES, 2013).

Mello (1997) argumenta que os países mais desenvolvidos deslocam as prioridades de investimentos para a formação de habilidades cognitivas e competências sociais da população. O autor salienta que em países em desenvolvimento, como o Brasil, habilidades cognitivas e competências sociais de grau superior, como flexibilidade, autonomia e capacidade de adaptação não constituem prioridade, considerando que, por vezes, nem as demandas básicas são atendidas. Para o autor os desafios da educação consistem em qualificar a população para o exercício da cidadania, contribuindo para a construção da dimensão social e a ética do desenvolvimento econômico.

De maneira geral, autores como Fernández e Sánchez (2011), Tobón (2007), Bolívar (2009) e Mardones (2013) argumentam que a competência cidadã destaca-se como fundamental nos dias atuais no que tange ao desenvolvimento das sociedades. Pois é por meio da ação cidadã que se pode- mudar a realidade social e, desse modo, fazer frente às crises, às incertezas. Diante de mudanças constantes e de situações que impedem o desenvolvimento da democracia é necessário que os indivíduos assumam uma cultura ativa

de participação, bem como agreguem as competências necessárias para atuar de forma a solucionar os problemas e enfrentar os desafios.

REFERÊNCIAS

- ALARCÓN, R. SANCHÉZ NODA, R. **Actualización del enfoque integral para la labor político ideológica em la universidad**. La Habana: Editorial Félix Varela, 2000.
- BARRERA, M.D.M; SALGADO, S.V.A. Ciudadanías y competencias ciudadanas. **Estudios Políticos**, Medellín, jan-jun, 2012;
- BELLONI, I. Avaliação da universidade: por uma proposta de avaliação consequente e compromissada política e cientificamente. In: VIEIRA, Sofia Lerche, et al. **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.
- BERNHEIM, C. T; CHAUI, M. de S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008.
- BOLIVAR, A. **Educación para la ciudadanía: algo más que una asignatura**. Barcelona: Graó, 2007.
- CANÇADO, A; TENÓRIO, F. G; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.681-703, set, 2011.
- CAMACHO, P.L de. CELAYARAN, O.F. de. SUÁREZ, I.S. de. FONTANILLA, N. Praxis de competências cidadanas em el ejercicio de la responsabilidad social universitaria. **Opción**, v.28, n.69, set – dez, 2012.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.
- CÓRDOVA. A. V. Competencias cognitivas em la educación superior. **Revista Eletrônica de Desarrollo de Competencias (REDEC)** n.6, v.2, Talca, 2010.
- FERNÁNDEZ, M. de J.C. SÁNCHEZ, N.M. Formación de competências cidadanas em las universidades cubanas: una contribución para nuestra democracia. **Ciencia em su PC**, n.3, jul-set, 2011.
- FERNÁNDEZ, M. de J.C. SÁNCHEZ, N.M. Consideraciones del processo de formación ciudadana del estudiante universitario. La singularidade de su dinàmica desde la actividade sociopolítica. **Ciencia em su PC**: v.3, n.3, jul-set, 2012.
- GÓMEZ, G. V. La formación de la competencia cognitiva del profesor. **Estudios sobre Educación**, 12, 2007
- Halpern, D. F. **El pensamiento y el conocimiento: una introducción al pensamiento crítico**. (4ta Ed.) Mahwah, Nueva Jersey: Editores de Lawrence Erlbaum Associates, 1994.

HIRSCHMAN, A. O. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LE BOTERF, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LÓPEZ HERRERÍAS, J. A. **Educación para una cultura comunitária**: por una identidad metamoderna . Valencia: Nau Llibres, 2002.

LÜCHMANN, L. H. H. **A representação no interior das experiências de participação**. São Paulo: Lua Nova, 2007.

LÚQUEZ, P. SANSEVERO, I. Dimensiones humanas comprometidas em el ejercicio de la responsabilidade social universitária. **Investigación em Ciencias Humanas**, 2010.

MARDONES, O. C. Comprendiendo la adquisición de las competencias ciudadanas em alumnos de los programas de cualificación profesional inicial. **Educar**, 2013.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Rio de Janeiro: **Caderno de Saúde Pública**. n. 9, 1993.

ORTIZ, E. **Fundamentos psicológicos del proceso educativo universitário**. La Habana:Editorial Universitaria, 2008.

REYZÁBAL, M. V. Las Competencias comunicativas y linguisticas, clave para la calidade educativa. **REICE**, n.4, v.10, 2012.

SORIANO, E. Competencias ciudadanas em el alumnado de segundo ciclo de educación secundaria obligatoria de Almeria. **Revista de investigación Educativa**, 2006.

TOBÓN, S. **Fornación baseada em competências**: pensamento complejo, diseño curricular y didáctica. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2ed, 2006.